

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007235-93.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Inadimplemento**
 Requerente: **Gerdau Aços Longos S/A e outro**
 Requerido: **Adelia Carlos - Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Processo 1007235-93.2016****Vistos.**

Em ação proposta por GERDAU AÇOS LONGOS S/A e MONTEIRO, DOTTO, MOTEIRO E ADVOGADOS ASSOCIADOS decretou-se a QUEBRA de ADELIA CARLOS – ME, determinando que no prazo de 48 horas os requerentes depositassem, a título de caução, os honorários do administrador judicial, sob pena de encerramento da falência.

O prazo transcorreu *in albis* e também não houve interposição de recurso contra a sentença que decretou a quebra. A respeito confira-se certidão de fls. 181.

É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO.

Trata-se de pedido de falência. A “quebra” foi decretada em 27/072017 (confira-se sentença a fls. 139/141).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante da recusa dos autores em assumir a administração judicial (cf. fls. 114) o juízo se viu forçado à nomeação de um administrador dativo.

Ocorre que os requerentes também não se dignaram a depositar em caução os honorários do referido colaborador.

Nas ações de falência em que os próprios credores **requerentes se mostram desinteressados na sorte da demanda**, a melhor solução é o encerramento puro e simples o que evita que os atos (que geram clara sobrecarga a Serventia) a final se mostrem inúteis (v.g. comunicação de quebra a diversos órgãos e posterior comunicação dando conta da reversão da decisão).

Vale salientar que os requerentes foram intimados a esclarecer se tinham interesse na conversão do procedimento em execução extrajudicial e também mostraram desinteresse.

Com tal manifestação deixaram claro ter lançado mão do pedido de “quebra” como forma de coação para receber o numerário.

Em suma, o caso é típico da denominada “cobrança mascarada”.

Nos dias atuais a conjuntura econômica estabelecida pelo atual Governo Federal exige, por parte do Judiciário, uma flexibilização na caracterização do estado de falência, devendo ser reconhecida a quebra apenas nas hipóteses evidentes de insolvência, sempre na salvaguarda do interesse do universo dos credores.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No caso não existe um “universo de credores” efetivamente interessados no processo.

Ademais, o estado de insolvência não está presente na hipótese em referência por total falta de interesse dos autores em demonstrá-lo ou pelo menos se dignar a trazer início de prova apto a indicá-lo.

Assim, o presente procedimento deve ser extinto por ausência de pressuposto processual de existência e validade.

Pelo exposto, **DECLARO LEVANTADA a falência da empresa ADÉLIA CARLOS ME**, que, no entanto, continua responsável por seu passivo, uma vez que não liquidado nos autos.

Desnecessário o cumprimento do artigo 99 da Lei 11.101/05, pois a falência não gerou nenhum efeito.

Publique-se e Intimem-se.

São Carlos, 31 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**